
DISCUTINDO O ENSINO DA GEOGRAFIA *

RESUMO

A partir da constatação da não-importância do ensino da Geografia em escolas de 1º e 2º graus, procura-se efetuar uma reflexão a respeito desta questão. Enfatiza-se a possibilidade de um trabalho científico na sala de aula, na medida em que o saber propicie a mediação entre professores e alunos, conferindo real significado ao processo ensino-aprendizagem.

Vânia Rubia Farias Vlach
Professora do Departamento de Geografia da UFU

Considerando que, de uma forma ou de outra, fazemos parte da realidade brasileira, que não é, absolutamente, algo imóvel e homogêneo, poderemos iniciar a nossa conversa perguntando-nos a que (e a quem) vem o ensino da Geografia, em nossos dias.

Deixando de lado as características da escola na nossa sociedade, mas sem deixar de mencionar a sua ligação íntima com a constituição do Estado-nação (capitalista), podemos fazer algumas colocações a respeito do ensino da Geografia em escolas de 1º e 2º graus, a partir da sua não-importância que, paradoxalmente ou não, seria uma primeira constatação a chamar a atenção.

Porém, a não-importância também requer reflexão. Que o ensino da Geografia não seja importante porque exige apenas a capacidade de memorização, que não exige nem desenvolve o raciocínio e a criticidade, que não tem nada a ver com o aqui e o agora, parece mais ou menos claro para aqueles que não negam a escola apenas na medida em que lutam para que ela também participe da construção do real, *que se faz* (por nós ou contra nós), o que implica em um processo de indeterminação (e aqui está o político).

A aparente não-importância, o descaso com a disciplina que compartimenta a realidade em "física" e "humana", não são simples detalhes em uma sociedade que só consegue ver a si mesma sob os "óculos" precisos da ciência ou da verdade (ciência e verdade se tomaram sinônimos), como se fosse possível negar-se enquanto sujeito, e pensar em si mesma apenas enquanto objeto.

Em relação ao ensino da Geografia, esta questão sujeito-objeto acaba apresentando-se não só como separação entre ciência (ou saber) e política, entre valores e fatos, mas, de forma mais próxima do trabalho que envolve professores e alunos na sala de aula, como a separação entre o conteúdo e o método, entre o conteúdo exposto e a realidade da vida do aluno (e do professor). Parte desta separação pode ser entendida na medida em que o estudo, ainda quando valorizado, não é entendido como trabalho. Ora, o estudo é um determinado tipo de trabalho, exigindo disciplina (intelectual). Por conseguinte, na sala de aula verifica-se muitas vezes uma atividade de escamoteação acerca da natureza de sua própria razão de ser — o trabalho escolar, que, por ser um trabalho, além da disciplina que lhe é inerente, solicita/exige uma troca entre professores e alunos. Troca no sentido de mediação, tornada possível pelo saber, isto é, pelo trabalho de reflexão sobre o conteúdo (e o método com que é estudado).

Não se entendendo a sala de aula como lugar de trabalho, chega a ser indiferente que conteúdo desenvolver. Daí, inclusive, a aceitação dos conteúdos definidos e impostos pelos órgãos chamados competentes. Nesse sentido, o conteúdo é um elemento de fora que, geralmente apoiado em um livro didático correspondente, transforma-se no objeto que permeia aluno e professor no decorrer do ano letivo. E isto configura a separação entre o sujeito que conhece e o objeto a ser determinado (historicamente). Aliás, o sujeito só o observa e explica segundo uma perspectiva histórica: daquele momento, daquele lugar, daquela sociedade (internamente diferenciada, na sociedade capitalista). Se não houver movimento, isto é, vida entre sujeito e objeto, estamos privilegiando o conhecimento científico

* Texto-comunicação oral apresentado no Seminário "O Ensino da Geografia na Realidade Brasileira", promovido pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, em abril de 1985.

e não o saber (é o saber que faz a mediação entre sujeito e objeto), embora um não exista sem o outro (o saber como reflexão, que ao se apropriar do conhecimento – o instituído – propõe o instituinte).

Em uma 5ª série, por exemplo, em que o aluno nem sequer possui a capacidade de abstrair, de pensamento lógico, de que maneira o cálculo das longitudes e latitudes o ajuda a localizar-se? O localizar-se é apenas uma técnica? Ou o localizar-se envolve a sua atuação frente aos elementos que constituem o seu cotidiano? É bom lembrar que a rua, o prédio escolar, o bairro, são plenos de diferenças, ao contrário da estilização encetada pelo livro didático. Algumas destas diferenças já podem ser apreendidas pelo próprio aluno, mediante observação (e sistematização de informações obtidas).

Se ao aluno não escapa a transformação da natureza, por que abordá-la em separado, sem relação com o social? Mais ainda: a transformação atende apenas à necessidade social? É a necessidade social que explica o aparecimento de um lago artificial sobre uma grande área de terras férteis? Por sua vez, tais terras férteis pertenciam a quem, eram trabalhadas por quem e de que maneira; sua produção tinha que objetivo? Quais as condições de vida daqueles que nelas efetivamente trabalhavam? A necessidade não esconde interesses? A necessidade não é algo determinado, a indicar um só caminho? Não há uma relação entre a necessidade e a contingência (o eventual)? A contingência não é própria da realidade que se faz? A realidade não se faz, por um lado, apreendendo-a nos bancos escolares (ou o pensar não é práxis?)

A transformação da natureza, feita por uma sociedade historicamente determinada, é um trabalho que envolve o manual e o intelectual. É exatamente a separação de ambos, isto é, a divisão social do trabalho, que origina a ideologia, que separa ciência (ou saber) da política e esconde a existência de classes sociais em permanente luta. Uma das formas de luta é o ensino: ensinar para a reprodução do *status quo*, com pequenas variações (este não é tão monolítico quanto alguns desejariam que fosse) ou tentar lutar contra o *status quo*. Se isto é possível mesmo no interior de uma instituição que foi criada para servir à sociedade capitalista, é preciso levar em conta a necessidade de elaboração de um conteúdo programático afinado com tais objetivos.

Assim, é da discussão de várias propostas feitas pelos professores, e no segundo grau é certamente possível falar-se em elaboração conjunta professor - aluno, que pode emergir um currículo que per-

mita o surgimento de questões que dão margem ao instituinte. O Novo não é privilégio da universidade. Parece-nos até que só haverá o Novo em seu âmbito na medida em que este trabalho de reflexão sobre a nossa realidade se inicie o mais breve possível.

Ensinar é, antes de mais nada, o trabalho do aluno com o saber, sob a mediação do professor. Ensinar Geografia seria permitir que o aluno compreendesse que a nossa realidade é uma construção do social sobre a natureza (ou o espaço que já foi construído); uma construção internamente diferenciada. É esta diferenciação interna que não pode ser mascarada. Cumpre, então, perguntar por que ocorre o seu encobrimento. E aí se tem claro que a ideologia é um instrumento da dominação.

Certamente, é preciso ir além do desvendamento da(s) ideologia(s) de que a Geografia é plena. Por exemplo, afirmar que a Geografia dos professores ignora que o espaço tem um significado estratégico, e que o conhecimento do espaço é indispensável para melhor combater o capital, como diria Lacoste, não vai muito além da concepção que define as tarefas dos professores, como se eles fosse "sacerdotes" ou como, embora criticando-os, se os visse dotados da capacidade de mudar o mundo, que nada mais é do que a visão iluminista da educação. Mais do que isto, porém, parece-nos que o citado autor acaba por colocar o espaço como demiurgo. Este privilegiamento do espaço, a nosso ver, está comprometido com o projeto positivista, isto é, é da "essência" da ciência ter um objeto próprio, que diferencia as várias ciências entre si, pois o método é o mesmo para todas (apropriação do objeto por um sujeito neutro, a-político, apenas cientista).

Ora, os professores não reproduzem, pura e simplesmente, os valores da cultura das elites dominantes, nem basta "conscientizá-los" acerca da importância do espaço, e, assim, desvendar esta máscara da Geografia, pois, se nos ativermos ao desmascaramento, colocamos a ideologia como um álibi, que só dificulta uma ação pedagógica voltada para a teoria e para a prática, em suas relações uma com a outra.

Em outras palavras, incorremos no equívoco de nos atermos à ideologia e ao seu desvendamento, e, nesse sentido, podemos correr o risco de alçá-la a um plano próprio, como se a sua identificação garantisse uma efetiva mudança no plano pedagógico imediato, ou na sociedade, de forma mais ampla. A ideologia não é apenas um sobrevôo do pensamento, nem é apenas criação do mundo das idéias; ela se apóia na realidade, no sentido de que tem uma base objetiva, real. É por se relacionar com a realidade que ela a in-

verte, a abstrai.

Por conseguinte, é importante ir além do seu desmascaramento. Não basta apontar o ideológico em La Blache ou Ratzel, mas explicar os interesses de suas sociedades, em um determinado momento histórico, e como a sua obra estava envolvida naquele contexto. Ou seja, são determinados interesses (políticos e econômicos) que provocam o pensamento de sobrevão. Só podemos entender tais interesses buscando refletir acerca daquilo que criou a mistificação ideológica, e que não é só ideologia. Afinal, esta sociedade tem um movimento – o do capital. A sua crítica só pode partir da essência deste movimento, que é objetivo, real, histórico. Na medida em que este movimento não é linear, nem homogêneo, as contradições que o assolam podem provocar desvios em um caminho ou uma evolução pré-traçados, ou mesmo mudanças, que abrem novos caminhos, ainda não traçados, indeterminados. Esse caráter de indeterminação do novo permite a luta, também na sala de aula, também no conteúdo geográfico.

Se o ensino da Geografia foi, no que diz respeito a esta ciência que se individualizou no século XIX, a maneira através da qual se tentou criar a idéia de pátria, é fora de dúvida que o seu ensino disseminou a ideologia do nacionalismo patriótico, mas, no âmbito deste mesmo processo, criou brechas, ou aproveitou brechas, para discutir a sua relação com o

poder, para questionar a sua desvalorização, para propor uma outra maneira de produção do espaço, etc.

Chegado o momento em que o capital exigiu a abertura das fronteiras de cada Estado-nação, a Geografia passou a falar na solidariedade dos povos em sala de aula. Que solidariedade é esta, entre um pequeno grupo de países em que se concentram capital e tecnologia, e uma grande maioria, cujos recursos naturais e população são explorados também em benefício do primeiro grupo? O humanismo somente pode ser colocado como um fim a ser atingido se algumas classes sociais puderem ser usadas como meio para aquele fim.

Se se pretende efetivamente abandonar a concepção da Geografia enquanto o *discurso sobre os diferentes lugares*, importa considerar que a nossa realidade não “engole” mais a compartimentação do mundo físico é do mundo social, mas requer a explicação de como o social produz a si próprio sobre a natureza (ou um espaço anteriormente construído). Por que não contribuir para que os alunos, desde o primeiro grau, possam compreender este processo de construção?

Já é tempo de se desmistificar o conhecimento do método como privilégio dos cientistas. Assim, é importante que o aluno possa ter acesso a ele. O professor, através do saber, pode propiciar essa mediação. Este trabalho poderia começar agora, com uma troca de experiências (nossas) dentro da sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. O discurso competente e outras falas. São Paulo, Moderna, 1982.
- _____. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- GIROUX, H. **Pedagogia radical**. Subsídios. São Paulo, Autores Associados – Cortez Editora, 1983.
- HOBBSBAWN, E.J. **A era do capital**. 1848 – 1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. **A era das revoluções**. Europa 1789 – 1848. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.
- HORKHEIMER, M. & ADORNO, T.W. **Dialéctica del iluminismo**. Buenos Aires, Editorial SUR, 1970.
- LACOSTÉ, Y. **A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra**. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.
- MERLEAU-PONTY, M. **Textos Escolhidos**. São Paulo, Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores).
- VLACH, V. R. F. A propósito da ideologia do nacionalismo patriótico. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., São Paulo, 1984. **Anais**. v.1, livro 2:13-21.